



## TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA – CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx/ Nº      /2024

### **1. PROJETO**

OEI/BRA/21/002 - Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do PNE.

### **2. ENQUADRAMENTO**

#### **2.1 Resultado**

**Resultado 1.3:** Métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação das Transferências Discricionárias e Projetos pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

**Atividade 1.3.2.** Elaborar estudos com análise e revisão dos pontos críticos da execução identificados no diagnóstico, com indicação da existência de outras opções de modelo e/ou variáveis a serem adotadas na execução.

### **3. JUSTIFICATIVA**

O Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014 a 2024 - sancionado pela Lei Nº 13.005 de 2014, é composto por dez diretrizes de bastante relevância para a melhoria da educação, destacando-se dentre elas: a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, a melhoria da qualidade da educação, estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade e a valorização dos profissionais de educação.

No referido plano foram estabelecidas metas e estratégias que serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação e por outras instâncias. Neste contexto é importante destacar a utilização do Plano de Ações Articuladas - PAR como estratégia federal para o planejamento plurianual das políticas de educação em que os entes elaboram plano de trabalho, a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares, aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de suas redes públicas de ensino, bem como o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

Esses aspectos balizam a necessidade da realização de estudos, diagnósticos, análises e outras ações estratégicas que mantenham interligação entre o PNE e os instrumentos disponibilizados para planejamento, gestão e práticas político-pedagógicas da educação.

Além disso, importantes iniciativas foram formalizados em 2023 no que tange as ações de infraestrutura educacional. A Lei nº 14.719/2023, que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, objetiva dar continuidade às obras na situação paralisadas e inacabadas. O Decreto nº 11.632/2023, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, e a Resolução nº 27/2023, dispõe sobre as repactuações entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e os entes federativos no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante.

Nesse contexto, entende-se pela necessidade de contratação de consultoria especializada para a realização de avaliação e diagnóstico das manifestações de repactuação de obras inseridas no contexto da Lei nº 14.719/2023, especificamente no que tange as obras paralisadas, de forma que a retomada delas e, conseqüentemente, sua conclusão, possam se dar de forma efetiva, viabilizando o cumprimento do cronograma de execução das obras em questão. Para a realização dos produtos, visando o alcance dos resultados esperados, faz-se necessária a contratação de profissional especializado no desenvolvimento de estudos, análises e diagnósticos e identificação de pontos críticos, com o objetivo de promover a atualização dos processos de monitoramento e execução das ações de apoio e assistência técnica e financeira, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, com objetivo de melhorar a qualidade das obras financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE aos Estados, Municípios e Distrito Federal, com base na Lei nº 14.719/2023, que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante.

Diante do exposto, a contratação tem como foco avaliar o impacto direto e indireto do Pacto de retomada de obras para o atingimento das metas relacionadas à Educação Básica estabelecidas pelo PNE, bem como realizar estudos aprimorados para o mapeamento das obras celebradas por meio do PAR que se encontram nas seguintes situações:

- a) apresentam indícios de paralisação ou evolução física lenta;
- b) que foram objetos de supervisão in loco no ano de 2023 e 2024;
- c) que foram pactuadas há mais de 12 meses e ainda não iniciaram sua execução física;
- d) que os instrumentos estejam com vigência há mais de 60 meses.

#### **4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação de consultoria técnica especializada, na área de arquitetura e engenharia civil, para avaliação do processo de repactuação das ações de infraestrutura educacional e proposição de melhorias nos mecanismos de controle interno, visando à adequação e efetividade dos objetos pactuados a fim de garantir o sucesso das ações de infraestrutura do PAR (Plano de Ações Articuladas) e, por conseguinte, a melhoria da qualidade da educação do país.

## **5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS**

### **Consultores 1 a 20 (COMOB):**

- Atividade 1: Mapear as obras financiadas pelo FNDE nos municípios e nos estados que estão nas situações de execução, com indícios de paralisação ou evolução lenta, identificando o impacto direto e indireto do Pacto de retomada de obras, com propostas de tratamento e ações a serem tomadas no âmbito de monitoramento, de maneira a subsidiar as demandas da equipe técnica do FNDE;
- Atividade 2: Realizar avaliação dos documentos encaminhados pelos municípios e estados ao FNDE, por intermédio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controles (SIMEC), propondo a adequação destes ao Pacto de retomada de obras, de maneira a subsidiar as demandas da equipe técnica do FNDE;
- Atividade 3: Averiguar os parâmetros técnicos de dimensionamento, orçamentação, distribuição e conformidade técnica de acordo com os normativos vigentes do Pacto de retomada de obras,
- Atividade 4: Elaborar propostas de tratamento e ações a serem tomadas no que tange a atividade a apuração dos documentos das obras financiadas pelo FNDE nos municípios e nos estados, abarcadas pela Lei nº 14.719 de 01 de novembro de 2023, que instituiu o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica, apresentando o lapso temporal entre a solicitação e efetiva retomada, a viabilidade de cumprimento do cronograma de execução aprovado, indicando a compatibilidade de finalização com ou sem necessidade de prorrogação, conforme determinação da supracitada lei e RESOLUÇÃO FNDE Nº 27, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023 instrumento pactuado;
- Atividade 5: Realizar estudo das ações de monitoramento nas obras financiadas pelo FNDE nos municípios e nos estados, pactuadas há mais de 12 meses e que ainda não iniciaram sua execução física, apresentando proposta de medidas que possam ser adotadas pelo FNDE para melhoria da assistência técnica, permitindo a retomadas dessas obras, com as ações propostas a serem tomadas no âmbito do Pacto de retomada de obras;
- Atividade 6: Apurar a compatibilidade dos dados e evidências técnicas, considerando os critérios definidos no escopo dos projetos de retomada da obra, que amparem viabilização da política pública no que tange as obras financiadas pelo FNDE, pactuadas com estados, municípios e DF.

## **6. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS**

<b>Produto</b>	<b>Data de entrega</b>	<b>Valor do produto</b>
<b>Documento Técnico “A”</b> contendo estudo avaliativo das ações e procedimentos de monitoramento praticados pela Coordenação de Monitoramento, das obras que manifestaram adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), com exceção das inacabadas e inacabadas PC técnica concluída, <b>cujos instrumentos tenham sido pactuados de 2007 a 2009</b> , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto.	45 dias após a assinatura do contrato	R\$ 20.000,00
<b>Documento Técnico “B”</b> contendo estudo avaliativo das ações e procedimentos de monitoramento praticados pela Coordenação de Monitoramento, das obras que manifestaram adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), com exceção das inacabadas e inacabadas PC técnica concluída, <b>cujos instrumentos tenham sido pactuados de 2010 a 2012</b> , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto.	165 dias após a assinatura do contrato	R\$ 20.000,00
<b>Documento Técnico “C”</b> contendo estudo avaliativo das ações e procedimentos de monitoramento praticados pela Coordenação de Monitoramento, das obras que manifestaram adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), com exceção das inacabadas e inacabadas PC técnica concluída, <b>cujos instrumentos tenham sido pactuados de 2013 a 2016</b> , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto.	220 dias após a assinatura do contrato	R\$ 25.000,00
<b>Documento Técnico “D”</b> contendo estudo avaliativo das ações e procedimentos de monitoramento praticados pela Coordenação de Monitoramento, das obras que manifestaram adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), com exceção das inacabadas e inacabadas PC técnica concluída, <b>cujos instrumentos tenham sido pactuados de 2017 a 2019</b> , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto.	270 dias após a assinatura do contrato	R\$ 25.000,00

Produto	Data de entrega	Valor do produto
<b>Documento Técnico “E”</b> contendo estudo avaliativo das ações e procedimentos de monitoramento praticados pela Coordenação de Monitoramento, das obras que manifestaram adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), com exceção das inacabadas e inacabadas PC técnica concluída, <b>cujos instrumentos tenham sido pactuados de 2020 a 2022</b> , incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto.	345 dias após a assinatura do contrato	R\$ 30.000,00
<b>Valor total do contrato por consultor</b>		<b>R\$ 120.000,00</b>

### **6.1. Distribuição dos produtos por Estados da Federação**

Consultor 01	Acre (AC) e Mato Grosso do Sul (MS)
Consultor 02	Tocantins (TO)
Consultor 03	Mato Grosso (MT)
Consultor 04	Santa Catarina (SC) e Espírito Santo (ES)
Consultor 05	Rondônia (RO) Alagoas (AL)
Consultor 06	Sergipe (SE)
Consultor 07	São Paulo (SP)
Consultor 08	Paraíba (PB)
Consultor 09	Rio Grande do Sul (RS)
Consultor 10	Amazonas (AM)
Consultor 11	Paraná (PR)
Consultor 12	Rio Grande do Norte (RN)
Consultor 13	Amapá (AP) e Piauí (PI)
Consultor 14	Minas Gerais (MG)
Consultor 15	Pernambuco (PE) e Rio de Janeiro (RJ)
Consultor 16	Goiás (GO) e Distrito Federal (DF)
Consultor 17	Ceará (CE)
Consultor 18	Bahia (BA)
Consultor 19	Pará (PA)
Consultor 20	Maranhão (MA)

## **7. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO**

### **a. Formação acadêmica**

**a.1 Requisito obrigatório:** Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Arquitetura ou Engenharia Civil, fornecido por instituição

de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

## **b. Experiência profissional**

**b.1 Requisito obrigatório:** Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em atividades de monitoramento, fiscalização e/ou acompanhamento de obras, no âmbito público ou privado.

**b.2 Requisito desejável:** Experiência profissional mínima comprovada de 02 (dois) anos em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão de monitoramento de programas ou projetos no Governo Federal.

## **8. PROCESSO SELETIVO**

**8.1** A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

**8.2** O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

**8.3** A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

**8.4** A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

### **8.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC**

- a) O candidato deverá cadastrar seu currículo na plataforma da OEI <https://oei.org.br/curriculo/> e se candidatar para a seleção.
- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora da data de inscrição;
- c) Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência;
- d) A pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional;
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;

### **8.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE**

Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando 02 (duas) vezes o número de vagas para o perfil,

salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 02 (duas) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

- a) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- b) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- c) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato:  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;

#### **8.4.3 TERCEIRA ETAPA**

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

### **9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

#### **9.1- Análise curricular (Pontuação Máxima – 80 pontos)**

<b>Qualificação e Experiência do Candidato</b>				
<b>1</b>	<b>Qualificação do candidato</b>	É obrigatório Diploma de conclusão de curso de graduação em engenharia civil ou arquitetura, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	[100%] 10 pontos: Mestrado e/ou doutorado;  [85%] 8,5 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização;	<b>10</b>

			[70%] 7 pontos: Graduação	
2	Experiência do candidato	<u>Obrigatória</u> experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos em atividades de monitoramento, fiscalização e/ou acompanhamento de obras no âmbito público ou privado, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 35 pontos: 4 ou mais anos de experiência  [85%] 29,75 pontos: 3 anos de experiência  [70%] 24,50 pontos: 2 anos de experiência	35
		É <u>desejável</u> experiência mínima de 02 (dois) anos em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão de monitoramento de programas ou projetos, no âmbito público ou privado, comprovada por meio de carteira de trabalho, ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 35 pontos: 4 anos ou mais de experiência  [85%] 29,75 pontos: 3 anos de experiência  [70%] 24,50 pontos: de 2 anos de experiência	35
TOTAL DE PONTOS				80

## 9.2 Entrevista (Pontuação Máxima – 20 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	Até 05 pontos
Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	Até 10 pontos
Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	Até 05 pontos

## 10. VALOR GLOBAL

10.1 Valor Global R\$ 2.400.000,00 (R\$ 120.000,00) por consultor

## 11. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO:

11.1 Local de entrega/realização: Brasília/DF;

## 12. PRAZO DE EXECUÇÃO:

12.1 Prazo: 12 meses.



### **13. NÚMERO DE VAGAS:**

13.1 Número de vagas: 20 vagas.

### **14. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS**

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail [ccopi@fnde.gov.br](mailto:ccopi@fnde.gov.br), observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei nº 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

### **15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os produtos deverão ser entregues à Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP/FNDE), SBS, Bloco F, Ed. FNDE, 13º Andar, Brasília/DF, como Relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

O (a) consultor (a) deve ter disponibilidade para executar atividades no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em horário comercial, para que tenha acesso às informações necessárias à elaboração dos produtos propostos.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse

para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.